

IA E COMPLIANCE NO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Você está preparado para usar Inteligência Artificial sem gerar riscos jurídicos?

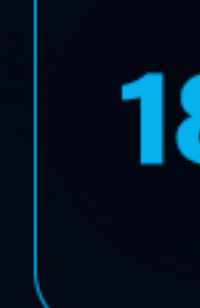
18 a 20 de março | Curitiba - PR

INSCREVA-SE AGORA!

VAGAS LIMITADAS

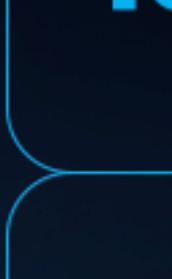
OBJETIVO

Capacitar vereadores, servidores e assessores legislativos para a utilização ética, responsável e juridicamente segura da Inteligência Artificial no processo legislativo municipal, alinhando sua aplicação aos princípios do compliance público, da legalidade, da transparência, da proteção de dados e do controle externo, de modo a prevenir riscos jurídicos, falhas procedimentais e responsabilizações pessoais e institucionais.



Carga Horária

12 HORAS



DATAS E PROGRAMAÇÃO

18/03	13h30 às 13h55 Registro de presença	14h às 17h Abertura e aula	
19/03	9h às 12 horas Aula	14h às 17h Aula	15h40 Coffee break
20/03	9h às 11h30 Aula e encerramento		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 — FUNDAMENTOS E A NOVA ERA DIGITAL

Abertura

- A evolução das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) no setor público.

O que é IA no contexto público

- Desmistificando o termo.

- A transição da automação simples (tarefas repetitivas) para a Inteligência Generativa (criação de conteúdo e apoio à decisão).

O “Estado da Arte”

- Estudo de casos reais de parlamentos nacionais e internacionais que utilizam IA para triagem de projetos e análise de dados.

Cultura de Inovação

- Estratégias de gestão de mudanças para vencer a resistência institucional e o “medo da substituição” tecnológica.

MÓDULO 2 — COMPLIANCE E ÉTICA PARLAMENTAR

Privacidade e LGPD

- O tratamento de dados sensíveis dos cidadãos no gabinete e nas comissões.
- Como a IA deve processar informações sem ferir a Lei Geral de Proteção de Dados.

Transparência Algorítmica

- Por que o parlamentar precisa saber como a IA chegou a determinada conclusão (evitando o viés e a “caixa-preta”).

Responsabilidade Jurídica

- Quem responde por um erro técnico em um parecer gerado por IA?
- A responsabilidade do servidor vs. a responsabilidade da instituição.

MÓDULO 3 — EFICIÊNCIA OPERACIONAL NO CICLO LEGISLATIVO

Pesquisa e Redação Técnica

- Uso de IA para buscar precedentes, leis análogas em outros municípios e redação técnica legislativa.

Técnicas de Prompt Engineering

- Técnicas de Prompt Engineering para redação legislativa clara, concisa e dentro da técnica normativa.

Análise de Impacto

- Ferramentas que ajudam a prever o impacto financeiro e social de um Projeto de Lei (PL), utilizando análise de grandes volumes de dados.

Apoio à Fiscalização

- Identificando sobreposições de normas e contradições jurídicas.

Participação Popular

- IA para resumir audiências públicas e classificar sugestões da população.
- Análise de sentimento da população sobre temas polêmicos para subsidiar a atuação parlamentar.

MÓDULO 4 — SEGURANÇA JURÍDICA E O CENÁRIO REGULATÓRIO

Combate à Desinformação

- Técnicas para proteger o mandato contra deepfakes e campanhas de desinformação automatizadas.
- Como validar a veracidade de documentos digitais.
- Como proteger a atuação parlamentar contra deepfakes e notícias falsas.

Auditoria de Sistemas

- Implementação de mecanismos de controle interno para validar a integridade das ferramentas de IA utilizadas pela Câmara.

O Marco Legal da IA no Brasil

- O que o projeto de lei nacional diz e como ele afeta os municípios.

Impactos Diretos nos Municípios

- O que as Câmaras precisam adaptar em seus Regimentos Internos e Leis Orgânicas.

Encerramento

- Mesa redonda com o Prof. Dr. Luís Fernando sobre o futuro da representação política na era dos algoritmos.

METODOLOGIA

- Aula expositiva-dialogada
- Estudo prático
- Análise de casos reais



CERTIFICAÇÃO

Os participantes que concluírem o curso com frequência mínima de 75% da carga horária receberão certificado emitido pelo Instituto ICGP, com validade em todo o território nacional.

VALOR DO INVESTIMENTO

R\$ 1.580,00

PALESTRANTE CONFIRMADO



O Prof. Dr. Luís Fernando Pires Machado é Doutor Honoris Causa em Gestão Pública, pesquisador do Grupo Cidades Inteligentes da USP e Livre-Docente em Direito Público.

Possui também o título de Pós-Doutor em Direito Penal e Garantias Constitucionais (UNLaM), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UM/UFMG).

Além disso, atua como professor em programas de doutorado e pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Reconhecido como conferencista internacional em organismos como ONU e OEA, o professor é autor da obra A Lei que ensina a fazer leis e de mais de 40 livros jurídicos e legislativos.

Também atuou como consultor técnico, parecerista e orientador de teses, com destaque para sua experiência na revisão de Leis Orgânicas Municipais e Regimentos Internos em câmaras legislativas de todo o país.

Foi Coordenador do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), além de instrutor do programa Interlegis do Senado Federal.

Participou ainda como membro de comissões avaliadoras de projetos da ENAP, UNALE, Fonacate e Sindilegis.

Paralelamente, ministra cursos e conferências em instituições como FDC, SESC/SP, Senado Federal e diversas universidades.

Também atua como palestrante AWS pela DataRain, tratando da evolução e modernização de dados no setor público.

OBS: O ICGP TREINAMENTO SE RESERVA NO DIREITO DE CANCELAR O CURSO CASO NÃO ATINJA O QUORUM MÍNIMO DE PARTICIPANTES OU POR MOTIVOS DE FORÇA MAIOR.

DADOS BANCÁRIOS - ICGP - TREINAMENTOS

Banco Sicred | Agência 0710 | Conta Corrente 78614-3

CNPJ 31.644.353/0001-58 | CHAVE PIX 31.644.353/0001-58

OBS: O ICGP TREINAMENTO SE RESERVA NO DIREITO DE CANCELAR O CURSO CASO NÃO ATINJA O QUORUM MÍNIMO DE PARTICIPANTES OU POR MOTIVOS DE FORÇA MAIOR.

18 a 20 de março | Curitiba - PR

INSCREVA-SE AGORA!

VAGAS LIMITADAS